

## **Expansão, crise, declínio e segmentação no ensino superior em turismo: um recorte do estado de mato grosso do sul<sup>1</sup>**

Izac de Oliveira Belino Bonfim<sup>a</sup>  
Patrícia Zaczuk Bassinello<sup>b</sup>  
Marcos José Clivatti Freitag<sup>c</sup>

### **Resumo**

Este artigo objetiva apontar elementos para uma discussão contextualizada do atual cenário da formação em turismo de nível superior, marcado por transformações no campo de atuação profissional, redução na oferta de cursos presenciais e ampliação de cursos tecnológicos e na modalidade Educação a Distância (EaD), com enfoque na realidade do Estado de Mato Grosso do Sul. Neste levantamento discutem-se temas sobre a Educação Superior, procurando debater o processo de surgimento dos cursos, o crescimento acelerado, as reformas educacionais nos anos 90, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDB 1996, a criação das universidades, centros universitários, faculdades/escolas de ensino superior. Houve transformações que aprofundaram a crise e declínio, além da segmentação de cursos na área de Turismo e Hospitalidade. Para esta proposição, utilizou-se como metodologia a revisão de literatura, revisão narrativa e pesquisa documental. Analisaram-se dados quantitativos dos cursos no site do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (INEP, 2018). As crises dos cursos superiores passam pelo excesso de egressos no mercado; nas tendências do Turismo, que apontam para a segmentação da área e o crescimento das inovações tecnológicas que afetam o setor. O recorte identifica a mesma situação vivenciada no cenário nacional a qual afeta também as IES Pública do MS e conclui-se que os próximos anos serão de desafios, aproximação com o mercado e investimento na pós-graduação.

**Palavras-chave:** Turismo; Ensino Superior; Segmentação.

### **Abstract**

#### **Expansion, Crisis, Decline and Segmentation in Higher Education in Tourism: a section of the State of Mato Grosso do Sul.**

This article aims to point out elements for a contextualized discussion of the current scenario of higher level tourism training, marked by transformations in the field of

1. Versão preliminar do referido texto foi apresentada no XV Seminário ANPTUR – Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Turismo realizado na Universidade Anhembi Morumbi, cidade de São Paulo-SP, Brasil, nos 19, 20 e 21 de setembro de 2018.
- a. Doutor em Geografia pela Universidade Federal do Paraná (UFPR). Docente do curso de Turismo na Universidade Federal do Mato Grosso do Sul (UFMS), Aquidauana, Mato Grosso do Sul, Brasil. E-mail: izac.bonfim@ufms.br
- b. Doutora em Ciência, Tecnologia e Sociedade pela Universidade Federal de São Carlos (UFSCar). Docente do curso de Turismo na Universidade Federal do Mato Grosso do Sul (UFMS), Aquidauana, Mato Grosso do Sul, Brasil. E-mail: patricia.zaczuk@ufms.br
- c. Doutorando em Saúde Coletiva: Ciências Humanas e Saúde no Instituto de Medicina Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (IMS/UERJ). Docente do curso de Licenciaturas no Instituto Federal do Rio de Janeiro (IFRJ), Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Brasil. E-mail: clivattifreitag@hotmail.com

professional activity, reduction in the offer of face - to - face courses and extension of technological courses and in Distance Education (EAD) modality, with a focus on the reality of the State of Mato Grosso do Sul. This survey discusses topics under Higher Education, seeking to discuss the process of courses, accelerated growth, educational reforms in the 1990s, the Law of Guidelines and Bases of National Education - LDB 1996, the creation of universities, university centers, colleges / schools of higher education. There were transformations that deepened the crisis and decline, besides the segmentation of courses in the area of Tourism and Hospitality. For this proposition, literature review, narrative review and documentary research were used as methodology. Quantitative data of the courses were analyzed on the website of the National Institute of Educational Studies and Research (INEP, 2018). The crises of the higher courses pass through the excess of graduates in the market; in tourism trends, which point to the segmentation of the area and the growth of technological innovations that affect the sector. The clipping identifies the same situation experienced in the national scenario which also affects the Public HEI of the MS and concludes that the next years will be challenges, approach to the market and investment in postgraduate studies.

**Keywords:** Tourism; Higher Education; Segmentation.

## Resumen

### **Expansión, Crisis, Declinación y Segmentación en la Enseñanza Superior en Turismo: un recorte del Estado de Mato Grosso do Sul**

Este artículo objetiva señalar elementos para una discusión contextualizada del actual escenario de la formación en turismo de nivel superior, marcado por transformaciones en el campo de actuación profesional, reducción en la oferta de cursos presenciales y ampliación de cursos tecnológicos y en la modalidad Educación a Distancia (EaD), que se centra en la realidad del Estado de Mato Grosso do Sul. En este levantamiento se discuten temas bajo la Educación Superior, buscando debatir el proceso de surgimiento de los cursos, el crecimiento acelerado, las reformas educativas en los años 90, la Ley de Directrices y Bases de la Dirección Educación Nacional - LDB 1996, la creación de las universidades, centros universitarios, facultades / escuelas de enseñanza superior. Hubo transformaciones que profundizaron la crisis y declinación, además de la segmentación de cursos en el área de Turismo y Hospitalidad. Para esta proposición, se utilizó como metodología la revisión de literatura, revisión narrativa e investigación documental. Se analizaron datos cuantitativos de los cursos en el sitio del Instituto Nacional de Estudios e Investigaciones Educativas (INEP, 2018). Las crisis de los cursos superiores pasan por el exceso de egresados en el mercado; en las tendencias del Turismo, que apuntan hacia la segmentación del área y el crecimiento de las innovaciones tecnológicas que afectan al sector. El recorte identifica la misma situación vivenciada en el escenario nacional que afecta también a las IES públicas del MS y se concluye que los próximos años serán de desafíos, acercamiento con el mercado e inversión en el posgrado.

**Palabras clave:** Turismo; Enseñanza Superior; Segmentación.

## INTRODUÇÃO

A atividade turística no Brasil como mote para o desenvolvimento emerge a partir do crescimento do turismo moderno em meados da década de 1950. A partir dos anos 1960 com a crescente organização do *trade* turístico e a instituição dos primeiros órgãos públicos para o desenvolvimento do turismo a atividade ganha *status* político e econômico. Com a criação da EMBRATUR em 1966, a base

das políticas públicas para o turismo brasileiro teve como principais objetivos alavancar a economia e proporcionar trabalho, emprego e renda. Conjuntamente a esses fatores, vivenciava-se um possível desenvolvimento do turismo de massa apegado às constantes inovações dos meios de transporte que favoreciam o deslocamento, conseqüentemente o aumento dos fluxos turísticos.

É neste breve contexto, segundo Matias (2005, p. 214), que no ano de 1971, com a publicação do Parecer nº 35/71 do então Ministério da Educação e Cultura (MEC), é criado o primeiro curso de graduação em Turismo no país, na Faculdade Anhembi Morumbi (FAM), atual Universidade Anhembi Morumbi (UAM). Na sequência são criados e implantados os primeiros cursos de graduação em Turismo do país, em instituições de Educação Superior (IES) públicas e privadas; O vertiginoso crescimento da Educação Superior no Brasil decorre da promulgação da Lei nº 9394/96, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), a qual estimulou os investimentos privados neste nível de escolarização, a criação dos Cursos Superiores de Tecnologia (CST's) e a oferta de cursos na modalidade Educação a Distância (EaD). Outro elemento fundamental neste processo expansionista e de interiorização foram os investimentos na ampliação das redes públicas a partir dos anos 2000, principalmente com a criação dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia (IF's), criação das novas universidades federais e com os investimentos na reestruturação das instituições existentes, através do Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI).

Após a grande expansão, recorrentemente discutida na literatura e nos círculos políticos, profissionais e acadêmicos, vieram os períodos de crises institucionais, redimensionamentos profissionais e outras questões que, somadas a crises econômicas, levaram a um processo de reconfiguração do cenário, ainda em curso. A principal razão deste processo está no elevado número de IES, cursos e vagas criados, pautados em estudos prévios de justificação eivados de equívocos ou de interesses oportunistas com diferentes matizes. Neste sentido, destaca-se a oferta de um determinado curso com diferentes denominações e formatos, resultado de estratégias mercadológicas; a oferta de um determinado curso com diversidade de habilitações ou ênfases curriculares; a oferta de cursos ou títulos conferidos sem correlação com atividades profissionais reconhecidas pela sociedade e/ou sem perspectivas de inserção no setor produtivo e a oferta de cursos sem qualquer relação com as vocações regionais ou com os Arranjos Produtivos Locais (APL's).

É neste contexto que o presente artigo objetiva apontar elementos para uma discussão do atual cenário da formação em turismo em nível superior, marcado por transformações da Educação Superior e do campo de atuação profissional, com recorte no Estado de Mato Grosso do Sul.

Para a consecução do objetivo, utilizou-se como metodologia a revisão de literatura – revisão narrativa – e pesquisa documental, onde foram analisados os dados quantitativos em relação à oferta de cursos disponibilizados pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (INEP, 2018).

A principal motivação deste estudo decorre da própria experiência dos pesquisadores ao transitar por instituições e atividades de ensino, pesquisa, extensão e gestão, em diferentes realidades, identificando os recorrentes problemas de baixa demanda de ingressantes, altos índices de evasão, baixo número de concluintes e inserção de egressos no mercado de trabalho.

## **NOTAS PARA A GENEALOGIA DA PROBLEMÁTICA DA EDUCAÇÃO SUPERIOR EM TURISMO NO BRASIL**

A Revolução Industrial foi um importante divisor do desenvolvimento do turismo, conforme identificado por Trigo (1998), Pires (2002), e Fratucci (2008); pois, os adventos tecnológicos trouxeram novas possibilidades de deslocamento e mobilidade. Entre as inovações que favoreceram o fenômeno turístico estão o surgimento de uma burguesia industrial, melhoria das estradas, desenvolvimento do transporte rodoviário, desenvolvimento das ferrovias, desenvolvimento dos transatlânticos, aceleração da urbanização, inovação dos meios de hospedagem e aumento do tempo livre. Portanto, pode-se compreender este movimento como o ápice do turismo moderno e como fase anterior ao desenvolvimento do turismo de massa.

Após esse período de intensa modernização, criação de bens e serviços atrelados a um sistema de produção caracterizado pelo modelo fordista-taylorista, vivencia-se uma longa fase de sucessivos eventos de estagnação das principais economias, principalmente em decorrência da Primeira Guerra Mundial (1914-1918), da depressão econômica de 1929 e da Segunda Guerra Mundial (1939-1945), conforme destaca Hobsbawm (1995). Apesar desta realidade, com o advento das Guerras Mundiais houve a intensificação da criação e evolução tecnológica do transporte aéreo, inicialmente com a finalidade bélica. Com o fim da Segunda Guerra Mundial, houve necessidade de recuperar a infraestrutura básica de países europeus, visando o desenvolvimento social, econômico e cultural. Ocorreram investimentos na recuperação industrial, na prestação de serviços e no desenvolvimento tecnológico, por exemplo, com o incremento e progresso dos veículos automotores e a transferência da tecnologia da aviação militar para o transporte aéreo para passageiros. Segundo Trigo (1998), as tecnologias utilizadas para a Segunda Guerra Mundial se estenderam aos vários meios de transporte favorecendo o deslocamento de pessoas entre territórios distintos e proporcionando uma diversidade de impactos no setor de turismo e hospitalidade.

Com o pós-guerra os espaços turísticos e o processo de turistificação foram se moldando em diversos territórios devido ao aumento da demanda turística, consolidando intenso fluxo entre países e seus territórios. Com isso, a atividade turística ganhou contorno com reflexos no surgimento de novos empreendimentos, possibilitando a consolidação de uma cadeia produtiva com significativos impactos. Desta forma, com a intensificação da atividade turística mundial, surge o denominado turismo de massa.

De acordo com Ruschmann (1997) pode ser definido como turismo de massa o grande volume de pessoas que viajam em grupos ou individualmente para os mesmos lugares, geralmente nas mesmas épocas do ano. Somado a isso, Wainberg (1998) e Urry (1999) afirmam que essa emergente atividade turística ganha impulso e se modela aos princípios da sustentabilidade. É neste contexto que, segundo Silva e Nascimento (2009, p. 105), a Organização Mundial do Turismo (OMT) aponta que desde a década de 1950 as viagens internacionais se tornaram mais acessíveis ao público em geral, crescendo em uma taxa média de 6,8% ao ano. O turismo de massa foi um fenômeno mundial chegando ao século XXI como uma necessidade de consumo hipermoderna (Lipovetsky, 2006) devido às necessidades mensuradas dentro do sistema capitalista. Compreende-se

que o turismo é uma atividade humana que envolve o deslocamento como também um fenômeno humano, já que essa área envolve seus estudos no ato de viajar e na busca da experiência humana fora de seu local de experiência cotidiana. Também envolve o consumo de serviços (hospedagem, alimentação, lazer etc.) e o consumo de produtos em território adverso, atendendo à lógica do capital. Neste sentido, o capital se perpetua nas atividades de turismo e hospitalidade, face ao consumo turístico onde o *status quo* está ligado ao prazer efêmero da viagem e seus atributos de representação e percepção. O turismo e a hospitalidade neste sentido podem representar o fetiche do consumo dessa sociedade, onde destinos, experiências e produtos turísticos diversos (resorts, cruzeiros marítimos, aeronaves, cidades, parques temáticos entre outros) são os objetos mais perceptivos do espetáculo mundial.

Todavia, Debord (1967) menciona que o espetáculo está no cerne da sociedade capitalista, quando existe uma interdependência do processo de acúmulo de capital juntamente com o acúmulo de imagens. Portanto, o turismo por si só é a tradução simultânea e espetacularização do consumo hipermoderno de imagens, o que resume os ideais do turismo de massa na contemporaneidade.

O fenômeno turístico, segundo Bedin (2007, p. 75) é social, materializando-se no espaço através de um sistema de objetivos articulados ao sistema capitalista de produção. Vinculado ao capital, desde o crescimento do turismo de massa, o fenômeno turístico é noticiado como um indutor de receitas para muitos territórios, no qual surgem discursos neopositivistas que delegam suma importância à atividade, valorizando os impactos econômicos para a sociedade. É a lógica da produção capitalista materializada por discursos ideológicos e políticos consoantes a imposição do poder econômico de destinos com vocação turística. Desta forma, com a finalidade única de obter ganhos financeiros a atividade turística se transcende em territórios por meio de representações sociais aleatórias, principalmente na perspectiva econômica, como produtora de emprego, trabalho e renda. Pautado no discurso dos benefícios imensuráveis e dos efeitos multiplicadores na economia, a atividade turística consolida-se como uma área estratégica para muitos territórios, com o eufemismo de elevar o Produto Interno Bruto (PIB).

No bojo desta fase do desenvolvimento do turismo no Brasil, na década de 1970, foram criadas as primeiras formações no âmbito da Educação Profissional Técnica, em Nível Médio; e, concomitantemente, conforme apontado por Rivanda (2001), Matias (2005) e Hallal et. al (2010), as IES privadas, e posteriormente as públicas, criaram os cursos de graduação em Turismo, sendo os primeiros, os cursos de Bacharelado em Turismo na Faculdade de Turismo do Morumbi (1971), Faculdade Ibero Americana (1972), Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (1972), Universidade de São Paulo (1973), Faculdade da Cidade (1974), Universidade Católica de Pernambuco (1975), Faculdades Integradas Hélio Alonso (1975), Faculdade Associação Educacional do Litoral Santista (1976), Universidade Federal do Paraná (1978) entre outras (Matias, 2005, p. 215). Alguns destes cursos ainda em funcionamento e algumas instituições atualmente sob outra denominação.

Estes primeiros cursos de graduação em Turismo foram criados vinculados à lógica produtivista da atividade, para atender uma suposta demanda de mercado. Corroborar nesta afirmação Teixeira (2007), citando os relatórios da Reforma do Ensino Superior de 1968 (Lei nº 5540/68). A Lei nº 5.540/68 incentivava a

criação de cursos de graduação em carreiras prioritárias para o desenvolvimento nacional, e o Turismo aparece como uma das supostas soluções para o desenvolvimento do território. Todavia, os cursos vieram subentendidos com o apelo desenvolvimentista do turismo de massa que se perpetuava em vários países, e o Brasil buscava uma fatia desse mercado. Ou seja, havia a compreensão que era necessária formação de profissionais graduados para o atendimento aos turistas nos locais onde a atividade turística poderia agregar valor econômico.

A década seguinte à criação dos primeiros cursos, 1980, até meados dos anos 1990 houve certa estagnação em relação à criação de cursos de Turismo em decorrência de todo o processo político e econômico pelo qual o país passou somado aos complexos marcos regulatórios da Educação Superior (Ansarah, 2002). Contudo, neste período foram construídas as bases para as reformas, investimentos e expansão nas décadas seguintes, conforme aponta Minto (2006)

Embora a política econômica do regime militar no Brasil indicasse, já em meados dos anos 60, uma mudança significativa nos rumos do desenvolvimento capitalista nacional, foi no final dos anos 80 e no início dos 90 que se institucionalizaram no país as mudanças que, de fato, marcaram este processo de readequação do Estado brasileiro aos desígnios do capitalismo internacional em tempos de crise.

Com a LDB/96 trazendo um novo marco regulatório e político para a Educação Superior, que para Muranaka, Minto (1998, p.65) e Cunha (2003, p.40) teve ideia de reformar, de maneira gradativa e fragmentária, como uma espécie de moldura a ser preenchida no futuro, foi descortinada a subordinação do Estado às novas alianças do capital nacional e internacional, com forte orientação e controle pelas agências. Minto (2006) afirma que as reformas da Educação tiveram como objetivo:

[...] ratificar algumas das práticas já consagradas – bem como criar novas – na educação brasileira, cujo objetivo é beneficiar ao setor privado de ensino. A estas práticas denominamos aqui, genericamente, de as estratégias da privatização.

Portanto, foi no contexto do desenvolvimento nacional, atendendo aos interesses da iniciativa privada e sob orientação de organismos internacionais e multilaterais, notadamente o Fundo Monetário Internacional (FMI), Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD), Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), Banco Mundial (BM) e a Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (UNESCO), que foram criados os novos marcos regulatórios e as políticas que levam à expansão da Educação Superior (Chaves, 2010). Destaca-se que estes organismos interferiram na política, governo, economia e saúde dos então denominados países em desenvolvimento, inclusive fortemente na LDB/96, como aponta Fernandes (1999).

Todos os marcos regulatórios da Educação Superior a partir da LDB/96 tinham como pauta o incentivo à expansão de instituições e cursos no âmbito privado. Segundo Dutra (2012), as reformas traziam a fragmentação, flexibilização e diversificação do ensino, além de maior autonomia das instituições. No processo de regulamentação, com o Decreto nº 2.306/97, foi organizado o Sistema Federal de Ensino, que é constituído pelas IES públicas federais e IES privadas. No âmbito do citado Decreto, conforme Assis (2008, p. 133), fica estabelecida as

competências, condições de funcionamento e graus de autonomia e passam as IES brasileiras a ser classificadas em universidades, universidades especializadas, centros universitários, faculdades integradas, faculdades isoladas e institutos superiores de Educação; embora atualmente sejam classificadas apenas em universidades, centros universitários e faculdades. A grande inovação da reestruturação, quanto à organização administrativa, residiu na criação dos centros universitários, que diferentemente das faculdades gozavam de autonomia universitária constitucionalmente definida, ao mesmo tempo em que não tinham a obrigação de garantir o trinômio ensino-pesquisa-extensão, a pós-graduação stricto sensu e tampouco investir em elevado percentual de docentes com titulação de doutorado e regime de trabalho em tempo integral.

Para além dos clássicos cursos de Bacharelado e de Licenciatura, os marcos regulatórios inovaram com os Cursos Superiores Sequenciais de Complementação de Estudos, Cursos Superiores Sequenciais de Formação Específica e Cursos Superiores de Tecnologia. Anteriormente a este processo, alguns cursos denominados de Tecnólogo eram oferecidos no país, porém destinavam-se à formação em Processamento de Dados; ou seja, um viés totalmente diferente.

No âmbito do Turismo e Hospitalidade houve uma rápida desorganização quanto aos cursos e titulações conferidas. Para além do já clássico curso de Bacharelado em Turismo passou a serem ofertados diversos outros bacharelados com denominações como Administração com habilitação em Turismo e Hotelaria, Turismo com habilitação em Gestão Hoteleira, Turismo e Hotelaria, Turismo e Lazer, entre outros.

Com o advento das Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN's) para cursos de graduação, ao mesmo tempo em que os cursos de Administração perdem a possibilidade de oferta das infinitas habilitações, a Resolução CNE/CES nº 13/2006 estabeleceu as Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em Turismo. Assim, ocorre a organização da denominação dos cursos passando a conduzir ao título de Bacharel em Turismo, eliminando as multiplicidades de titulações.

As DCN's estabelecem, no Art. 3º, que o curso deve

[...] aptidão para compreender as questões científicas, técnicas, sociais, econômicas e culturais, relacionadas com o mercado turístico, sua expansão e seu gerenciamento, observados os níveis graduais do processo de tomada de decisão, apresentando flexibilidade intelectual e adaptabilidade contextualizada no trato de situações diversas, presentes ou emergentes, nos vários segmentos do campo de atuação profissional.

Em que pese a formação generalista, o Art. 4º estabelece as competências e habilidades mínimas para o egresso, todas focadas em Turismo, sem menção às especialidades, apesar da autonomia das instituições na estruturação do currículo, observando as diferentes realidades e demandas. Importante observar que as DCN's não atingem aos Sistemas Estaduais; portanto, podem existir outras denominações/titulações em uso por IES públicas municipais ou estaduais, perfeitamente admitidas. Outra questão se refere à coexistência com cursos de Bacharelado em Administração com linha de formação em Turismo e/ou Hotelaria, que estão em consonância com as DCN's para graduação em Administração; porém, não possuem equivalência com o Bacharelado em Turismo, conforme pode ser exarado do Parecer CNE/CES nº 13/2013.

Na esfera dos CSTs, em decorrência da ausência de regulamentação específica e da ampla criatividade e estratégias de mercado dos empreendedores da Educação Superior, multiplicidade de cursos atingiu 58 (cinquenta e oito) denominações até 2006, quando o Ministério da Educação (MEC) começa a organizá-los através do Catálogo Nacional de Cursos Superiores de Tecnologia. As denominações transitavam do extremamente específico (ex.: Tecnologia em Ecoturismo: Grupos e Roteiros ou Tecnologia em Gestão do Turismo Receptivo) ao amplo e genérico (ex.: Tecnologia em Turismo, Entretenimento e Hotelaria), em alguns casos incluindo títulos que se referiam a questões sociais em evidência (ex.: Sustentável ou Qualidade de Vida).

Conforme as DCN's para a organização e o funcionamento dos CSTs, segundo pela Resolução CNE/CP nº 03/2002, os mesmos devem garantir a aquisição de competências profissionais que os tornem os egressos aptos para a inserção em setores profissionais nos quais haja utilização de tecnologias; possibilitar o desenvolvimento competências profissionais tecnológicas, gerais e específicas, para a gestão de processos e a produção de bens e serviços; incentivar o desenvolvimento da capacidade empreendedora e de produção e inovação científico-tecnológicas aplicadas; propiciar a compreensão e a avaliação dos impactos sociais, econômicos e ambientais resultantes da produção, gestão e incorporação de novas tecnologias; e, garantir a identidade do perfil profissional de conclusão de curso. Ou seja, há um claro direcionamento para a formação de profissionais dentro de uma perspectiva tecnológica, empreendedora a aplicada.

É neste sentido, que o Parecer CNE/CES nº 19/2008 registra que

Esses cursos têm por finalidade o desenvolvimento de competências profissionais que permitam tanto a correta utilização e aplicação da tecnologia e o desenvolvimento de novas aplicações ou adaptação em novas situações profissionais, quanto o entendimento das implicações daí decorrentes e de suas relações com o processo produtivo e a sociedade.

O mesmo parecer diferencia os Cursos de Educação Profissional Técnica, de Nível Médio, dos CSTs. Não somente se situarem em níveis diferentes de formação, mas pela crucial diferença na abrangência e profundidade, particularmente pelo

[...] desenvolvimento do pensamento reflexivo, da autonomia intelectual, da capacidade empreendedora e da compreensão do processo tecnológico, em suas causas e efeitos, nas suas relações com o do espírito científico, assim como o incentivo à produção e à inovação científico-tecnológica, não são atingidos nos cursos de nível técnico na mesma medida que nos cursos superiores de tecnologia, salvo eventuais exceções.

Portanto, há um claro distanciamento entre as formações em cursos de graduação que conferem os títulos de Bacharel em Turismo e de Tecnólogo. No âmbito do Turismo e Hospitalidade, denominado pelo Catálogo Nacional de CSTs de 2016, como Eixo Tecnológico de Turismo, Hospitalidade e Lazer, atualmente os cursos estão organizados em 05 (cinco) denominações possíveis: Tecnologia em Gestão do Turismo, Tecnologia em Eventos, Tecnologia em Hotelaria, Tecnologia em Gastronomia e Tecnologia em Gestão Desportiva e do

Lazer. Uma realidade bastante diferente da apresentada anteriormente, com multiplicidade de titulações e consequentes estranhamentos.

Neste cenário, marcado por complexidades políticas, governamentais, econômicas etc., e de impactantes reformas educacionais, atreladas a lógicas do capital, é que ocorre a grande expansão dos cursos de graduação em Turismo, marcados pelas disputas entre formação para um possível mercado e a formação para o desenvolvimento do espírito crítico, investigativo, científico.

Segundo Sguissardi (2000) citado por Dutra (2012), a expansão da Educação Superior favoreceu o surgimento de outros perfis de instituição, que se pode dizer, adequados às demandas dos seus gestores. Nos 20 (vinte) anos do Pós-LDB (1996-2016) expansão na Educação Superior foi robusta, o número de instituições cresceu aproximadamente 340% (trezentos e quarenta por cento), sendo o maior crescimento registrado entre 1996-2006 (de 711 para 2270 instituições); e, o número de matrículas cresceu pouco mais de 430% (quatrocentos e trinta por cento), contudo, onde e qual dependência administrativa estavam concentrados estes números? Segundo o Censo da Educação Superior de 2016, 89% (oitenta e nove por cento) das IES são privadas e respondem por 75% (setenta e cinco por cento) das matrículas; sendo que, 67% (sessenta e sete por cento) das matrículas das IES privadas estão em instituições que gozam de autonomia universitária (universidades e centros universitários).

Este último dado é relevante na análise em tela, pois estes podem criar e extinguir cursos, ampliar e reduzir o número de vagas, por exemplo, de forma autônoma, sem intervenção estatal, que se limita à supervisão e à avaliação para fins de reconhecimento e renovação de reconhecimento. Isso significa que possuem agilidade e plena flexibilidade para atender a demandas do mercado, sejam reais ou não.

Neste universo de números que parecem não parar de crescer, surgem diversas IES privadas, na categoria de faculdade, com o intuito de oferecer cursos de graduação que exijam infraestrutura enxuta, logo com baixos investimentos, e que tenham forte apelo de mercado. O mesmo processo ocorre dentro das IES privadas com prerrogativas universitárias; mas, neste caso se destacam os Centros Universitários, pois deles não é exigido alto percentual de docentes com titulação de pós-graduação *stricto sensu* e em regime de trabalho de tempo integral, além das atribuições não implicarem, obrigatoriamente, na pesquisa e extensão, portanto, podem ser instituições economicamente viáveis e ágeis.

Dutra (2012, p. 15) ainda menciona que “a expansão das IES privadas favoreceu a criação de cursos de caráter momentâneo (moda), elevando as possibilidades de saturação e à urgência de qualificação permanente”. E neste lugar que ocorreu a expansão da graduação em Turismo. Segundo Coelho (2006), no ano de 2005 em torno de 680 (seiscentos e oitenta) cursos de graduação em Turismo estavam autorizado a funcionar no país, incluindo os Bacharelados e Tecnólogos em suas diferentes denominações. Estes cursos estavam distribuídos pelo país em municípios de todos os portes, independente de existência de um trade turístico organizado ou mesmo de mercado e oferta turística autossustentável, que compreende, dentro da lógica do capital, empresas do segmento de turismo e hospitalidade.

Após o mapeamento realizado por Coelho (2006), Anastácio et. al. (2013) realizaram um novo inventário a partir dos dados coletados no Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (INEP), constatando no ano de 2011 o número

era de 442 (quatrocentos e quarenta e dois), sendo que aproximadamente 77% (setenta e sete por cento) eram ofertados por IES privadas; também, que do número de cursos ofertados, 72% (setenta e dois por cento) eram cursos que conduziam ao título de Bacharelado. Portanto, segundo os autores, o cenário de 2011 era marcado pela formação do Bacharel em Turismo, em IES privadas, com baixa participação de CSTs e de IES públicas.

A análise destes dados, para não ser reduzida à constatação de efetiva redução do número de cursos, merece atenção em dois pontos. As informações constantes nas bases de dados abertos do Governo Federal sobre a Educação Superior contabilizam cursos em condições legais de funcionamento; ou seja, não necessariamente entraram ou permaneçam em funcionamento. O número de cursos anteriormente às Diretrizes Curriculares e do Catálogo Nacional dos CSTs pode ser maior pela diversidade de denominações; pois, após a vigência destes documentos, alguns cursos ofertados em uma mesma IES foram unificados.

Dourado (2002) chama a atenção ao fato de que, neste processo expansionista, para além do surgimento dos CSTs, houve o início da oferta de cursos de graduação na modalidade Educação a Distância (EaD). A partir dessa revisão histórica da expansão e declínio (crise) na oferta de cursos superiores de turismo, houve a inserção de muitos egressos com disponibilidade para atender às demandas do mercado de trabalho. Porém, identifica-se que um dos fatores relativos à redução da oferta de cursos superiores está na diminuta inserção do profissional no mercado. Nos objetivos gerais da formação do egresso dos cursos superiores de turismo a interação e formação para o mercado de trabalho é ensejada como mote principal. Outro dilema que se apresenta em tempos hodiernos reside na problemática dos conteúdos curriculares dos cursos universitários que não conseguem acompanhar e atender as inovações do mercado. Ao ingressar no mercado, o egresso se depara com uma realidade distante do meio acadêmico. O mundo do trabalho modificou-se com o passar dos anos e segue sua evolução, mas os cursos superiores vivenciam indiretamente as mudanças e tornam-se muitas vezes obsoletos.

As novas exigências das atividades laborais podem afetar significativamente e dificultar a inserção do profissional egresso dos cursos superiores de turismo na lógica do sistema capitalista. Coelho (1999, 81) discorre que o ensino superior tem sido conduzido pelo mercado, a qual busca mão-de-obra qualificada em curto prazo. E ainda afirma que a universidade é o espaço por excelência do debate e da crítica, da produção social, do confronto das ideias, da interrogação do sentido e da gênese do real, do questionamento de si mesmo.

## **RESULTADOS E DISCUSSÃO**

Para fins de compreensão dos objetivos desta pesquisa, realizou-se um levantamento dos dados recentes dos cursos em atividade, em processo de exclusão ou extinto da área de turismo e hospitalidade por meio das informações divulgadas pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (INEP/2018), a qual obtiveram-se as seguintes informações:

**Quadro 1** – Cursos relacionados ao Turismo e Hospitalidade no Brasil

<b>Cursos</b>	<b>IES Públicas</b>	<b>IES Privadas</b>
Bacharelado em Turismo	50	212
Bacharelado em Lazer e Turismo	1	1
Bacharelado em Hotelaria	8	27
Bacharelado em Gastronomia	5	6
Tecnologia em Gestão do Turismo	30	74
Tecnologia em Gastronomia	11	202
Tecnologia em Hotelaria	15	57
Tecnologia em Eventos	10	71
Tecnologia em Gestão Desportiva e do Lazer	4	26
<b>Total</b>	<b>134</b>	<b>676</b>

**Fonte** – INEP (maio/2018). Elaborado pelos autores (2018).

Na análise do quadro conclui-se que houve um crescimento dos cursos superiores na área de Turismo e Hospitalidade, todavia no espaço/tempo houve uma especialização segmentada no setor com ampliação dos CSTs. No quadro está identificada a oferta de cursos presenciais e via EAD. Identificou-se que a oferta do Bacharelado em Turismo vem sendo reduzida significativamente em comparação com os registros apontados por Coelho (2006) e Anastácio et. al. (2013). Atualmente encontram-se registrados 212 cursos em IES privadas. Porém detectou-se que muitos dos cursos superiores em atividade nas IES não participaram atualmente de nenhuma avaliação do ENADE ou outros indicadores de avaliação. Neste sentido, estes cursos podem estar em atividade, porém, podem indicar que não possuem novas turmas. No atual inventário destaca-se o crescimento do CSTs em Gastronomia, principalmente nas IES privadas que podem indicar elevado investimento financeiro em infraestrutura e recursos humanos para o seu funcionamento. O CSTs em Gastronomia é um curso de tendência no momento devido à especulação midiática, aumento do consumo, entretenimento, além da ampliação de programas de “*reality shows*”. Neste sentido, identificou-se também um aumento significativo da oferta de cursos via EaD e a formação de oligopólio no setor. Muitos cursos são ofertados por IES privadas localizadas em todo o território nacional sob o controle de uma mesma mantenedora com variações apenas nos nomes locais.

Para se compreender a oferta dos cursos de turismo e hospitalidade no Estado de Mato Grosso do Sul, recorreu-se a levantamentos feitos *a priori* por Mota e Anjos (2012). Segundo estes pesquisadores no ano de 2010 estavam em funcionamento 17 Cursos de Bacharelado em Turismo, 1 de Bacharelado em Hotelaria, 4 de Tecnologia em Gestão do Turismo, 1 de Tecnologia em Hotelaria, 1 de Tecnologia em Gastronomia e 2 de Tecnologia em Eventos, totalizando 26 cursos de graduação no MS. Porém a pesquisa não aponta se esses cursos estavam em funcionamento em IES privadas ou publicas.

Dentro de um processo dialógico com cinco docentes que atuam na Educação Superior em cursos da área de Turismo, desde os anos 90 no estado, detectou-se que boa parte destes cursos foi ofertada em IES privadas, inclusive em municípios

que não possuem atributos turísticos, sendo na capital, Campo Grande, e nas cidades interioranas como Dourados, Bonito, Jardim, Três Lagoas, Corumbá, Rio Verde, Aquidauana, Selviria e outros municípios de pequeno porte.

O Curso de Bacharelado em Turismo esteve em funcionamento nas principais instituições universitárias privadas do Estado como Universidade Católica Dom Bosco (UCDB), Universidade para o Desenvolvimento do Estado e da Região do Pantanal (UNIDERP), Centro Universitário da Grande Dourados (UNIGRAN) e outras IES isoladas. A extinção dos cursos de Turismo ocorreu de forma gradual desde o final dos anos 2000 nas IES privadas no Estado e posteriormente nas IES públicas.

Os casos mais emblemáticos foram criação e encerramento da oferta de cursos nos municípios de Jardim e Bonito, considerando que esses dois municípios concentram os principais atrativos turísticos do Estado. A cidade de Bonito, ao lado de Jardim, representa um dos destinos indutores do Estado e do Brasil. Em Jardim houve a oferta do curso de Bacharelado em Turismo pela Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS) e em Bonito o curso Bacharelado em Turismo e Meio Ambiente pela Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS) além do Bacharelado em Turismo pela Fundação Lowtons de Educação e Cultura (FUNLEC). Os três cursos foram extintos. A UEMS e a UFMS transferiram as estruturas para cursos na capital, Campo Grande, a FUNLEC encerrou suas atividades no município. O motivo da extinção e transferência de estruturas decorreu da baixa demanda e inserção profissional.

Considerando que estes cursos foram ofertados na região turística de Bonito – Serra da Bodoquena, a qual segundo o Observatório de Turismo de Mato Grosso do Sul (2018) concentra a maior demanda e fluxo de turistas no Estado, com um potencial turístico que concentrou nos três primeiros meses do ano de 2018, 52,4% dos turistas que visitaram o Estado de Mato Grosso do Sul, não existem apenas indícios, mas certezas da inviabilidade da implantação de cursos de graduação sem considerar as múltiplas variáveis que implicam a sua existência no tempo e no espaço. A justificativa pela lógica ‘se há turistas, há potencial de empregos, logo, se há potencial de empregos, há necessidade de cursos de graduação’, que permeia os Projetos Pedagógicos de Cursos (PPC’s) é uma irresponsabilidade e suas consequências incomensuráveis.

De acordo com dados do INEP (2018) atualmente a oferta de cursos de graduação no segmento Turismo e Hospitalidade, no Estado do MS, está distribuída no da seguinte forma:

**Quadro 2** – Cursos relacionados ao Turismo e Hospitalidade no Estado de Mato Grosso do Sul

Curso	IES púb.	IES priv.	IES/EAD priv.
Bacharelado em Turismo	4	4	1
Tecnologia em Gastronomia	0	3	8
Tecnologia em Eventos	0	2	0
Tecnologia em Hotelaria	0	1	1
Tecnologia em Gestão do Turismo	0	2	10
Tecnologia em Gestão Desportiva e do Lazer	0	0	1
<b>TOTAL</b>	<b>4</b>	<b>12</b>	<b>21</b>

Fonte – INEP (2018). Elaborado pelos autores (2018).

Constatou-se que do total dos nove cursos de Bacharelado em Turismo, quatro são ofertados por IES públicas (dois pela UEMS e dois pela UFMS). Nestes cursos, no decorrer dos processos classificatórios (Vestibular e SISU) de 2015 a 2018, foram identificados grandes desafios relacionados à demanda, ou seja, baixo número de interessados e reduzido número de novos matriculados. A exemplo, para ocupar o quantitativo de vagas autorizadas, que é baixo em relação à outros cursos, IES e realidades, foi necessário implantar chamada complementar mediante aproveitamento dos resultados do SISU de 2011 a 2017, além da necessidade de recorrer a outras estratégias, como editais de mobilidade interna, transferência, vagas para estrangeiros, vagas para refugiados e nova graduação para portadores de diploma. Os principais desafios e dificuldades para a ocupação das vagas estão nos cursos fora da capital, situados nos municípios de Aquidauana (UFMS) e Dourados (UEMS).

O curso de Bacharelado em Turismo ofertado pela UFMS (Aquidauana), iniciou suas atividades no ano 2000 e passou por várias reestruturações visando contornar os históricos problemas de demanda, entre outras razões, sendo uma das mais significativas em 2015, com a alteração de turno (do matutino para o vespertino), nova composição curricular, aumento do tempo de integralização (de 3 para 4 anos), decorrente da histórica baixa demanda, alto e crescente índice de evasão e baixíssima taxa de sucesso, o que é refletido nos resultados do ENADE 2012 (conceito 1 e CPC 3) e no ENADE 2015 (conceito 1 e CPC 2); portanto, já em situação de supervisão ministerial.

O extenso município de Aquidauana, com atividade econômica centrada na agricultura e pecuária, possui complexos problemas econômicos e sociais, além de um mercado turístico com questionável potencial, pouco competitivo e inoperante. A oferta turística é controlada pela iniciativa privada com hotéis fazendas, distantes 65 km e 180 km do espaço urbano. A população de 47.000 habitantes (IBGE, 2017) concentrados no espaço urbano, onde não há uma estrutura empreendimentos turísticos e conseqüentemente inexistem oportunidades de inserção profissional para os Bacharéis em Turismo. O curso da UEMS é ofertado na cidade sede da instituição, Dourados, com população de 221 mil habitantes (IBGE, 2017) e vários municípios de pequeno porte no entorno. Dourados, de acordo com a FUNDTUR (2016), é uma das cidades mais estruturadas para o turismo no Estado do MS, com agências de viagens e turismo, meios de hospedagem de diversas categorias, representantes e consolidadores diversos, empresas de transportes, locadoras de veículos, aeroporto com vôos nacionais, entre outras empresas prestadoras de serviços. O foco do turismo local é o turismo de negócios, eventos (agronegócios) e festivais, como o gastronômico. O curso de Turismo iniciou suas atividades no ano de 2000, com ênfase em Ambientes Naturais, Apesar do curso de Turismo ter contribuído para o desenvolvimento local com ações e projetos de extensão, além dos egressos estarem atuando do rol de empresas e equipamentos turísticos da cidade, apresenta os mesmos desafios com relação à demanda, evasão e taxa de sucesso. Os resultados no ENADE também tem se apresentado muito ruins em 2012 (conceito 1 e CPC 2) e em 2015 (conceito 2 e CPC 3). Na tentativa de superação dos problemas, no ano de 2017 o curso foi reestruturado com 20% da carga horária não presencial, com emprego de metodologias e tecnologias de EaD e o tempo de integralização foi reduzido (de 4 para 3 anos) e o curso só está sendo ofertado no período noturno.

Também, implantaram a verticalização, com a oferta do curso de pós-graduação lato sensu – Especialização em Planejamento e Gestão Pública e Privada do Turismo.

Dos cinco cursos de Bacharelado em Turismo que são ofertados pela IES privadas, um deles é ofertado na modalidade EaD e os outros quatro estão estabelecidos na capital. As três IES que ofertam o curso presencialmente, através de informações prestadas aos pesquisadores, com caráter não formal, indicam que estão em fase preparatória de processo de extinção, pois não possuem ingressantes.

Os CST's, ofertados presencialmente, que estão em atividade e com ingresso regular de alunos são de Tecnologia em Gastronomia (Campo Grande, Dourados e Três Lagoas). O CSTs em Hotelaria (Três Lagoas) e o CST em Eventos (Campo Grande e Três Lagoas) estão em fase preparatória de extinção por ausência de ingressantes. Os dois CST's em Gestão do Turismo (Campo Grande) apresentam ingressos em decorrência das bolsas vinculadas ao Programa Universidade para Todos (ProUni).

Com relação à oferta dos cursos EaD não houve investigação devido à dificuldade de acesso a dados reais e atuais, bem como pela amplitude de polos existentes no Estado de IES privadas localizadas em diferentes territórios. Sabe-se que, existem polos em diversas cidades localizadas nas dez regiões turísticas do Estado. Não há respostas exatas sobre o futuro dos citados cursos no Estado do Mato Grosso do Sul, nem receitas prontas para contornar os graves problemas de demanda e consolidá-los.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Retomar os aspectos históricos, políticos, econômicos e sociais relativos ao surgimento, consolidação, expansão e declínio dos cursos de graduação no âmbito do turismo e da hospitalidade, no Brasil, é um reforço para as análises da Educação Superior brasileira de forma geral e neste segmento em específico, o que vem sendo discutido por outros pesquisadores; e, particularmente ao caso em tela, o Estado do Mato Grosso do Sul, é uma contribuição para o registro de uma história e notas para a genealogia de uma grave situação que demanda respostas efetivas à sociedade.

Após a fase de criação dos primeiros cursos de graduação em turismo no Brasil (década de 1970), seguido da consolidação e estagnação (década de 1980 a meados de 1990), temos uma história recente marcada pela expansão privada seguida da expansão pública, posteriormente o declínio e reconfiguração do campo, sobre o qual nos deparamos neste momento.

A expansão privada se deu em número de instituições, de cursos e quantitativos de vagas. Num discurso de necessidade de profissionais com formação em nível superior para alavancar o desenvolvimento do país e para novos tempos da organização do trabalho, diversos campos profissionais foram artificialmente inflados, onde o único objetivo real era a captação de alunos e o rápido retorno financeiro, o que havia se tornado um grande negócio. Como resultado, houve formação em massa para campos profissionais restritos ou, mesmo, inexistente. A expansão pública, da mesma forma se deu em número de instituições, cursos e quantitativos de vagas. Há grandes méritos, como a interiorização e as políticas de acesso e permanência; porém, os cursos que foram implantados nem

sempre correspondiam a demandas efetivas ou potenciais. Demandas potenciais aqui entendidas como aquelas que mesmo não existentes seriam possíveis de se desenvolver mediante ações articuladas com o setor produtivo. Portanto, no caso dos cursos de graduação no âmbito do Turismo e Hospitalidade, este processo expansionista levou à formação excessiva de profissionais para mercados inexistentes ou que não foram fomentados; bem como, para localidades onde não há relação alguma com potencialidades do momento ou futuras.

Existem outros fatores nestes complexos cenários, como a conhecida dificuldade que o campo profissional apresenta na identificação das diferenças entre as várias formações da área, inexistindo clareza sobre as delimitações e especificidades de cada titulação; o excesso de vagas ofertados em cursos na modalidade EaD, por IES privadas, de forma desorganizada e precarizada; e a questão são os 'modismos', as 'novas ondas', que acometem o setor, a exemplo o crescimento vertiginoso dos CST's em Gastronomia e os recentes cursos de Gestão do Esporte e do Lazer, fundamentalmente em instituições privadas, podendo levar aos mesmos problemas hoje vivenciados pelos cursos de Turismo, Hotelaria e Eventos, por exemplo.

Outro ponto nevrálgico, conforme abordado no decorrer da pesquisa, são os cursos no âmbito do Turismo e Hotelaria ofertados nas IES públicas. Ofertar e/ou manter cursos de graduação ou de pós-graduação, em IES públicas, sem o fundamental para sua existência, a demanda, traduzida em número de alunos, além de ser uma violação a princípios constitucionais da Administração Pública é um desrespeito à sociedade, que financia suas estruturas e delas espera efetivos retornos.

Tem-se a clareza que o problema demanda x evasão x sucesso não é específico dos cursos no âmbito do Turismo e da Hospitalidade ou, ainda, daqueles ofertados no Mato Grosso do Sul; mas, uma realidade nacional, fruto de um processo expansionista, primeiramente das IES privadas pautado em lógicas mercadológicas e em seguida das IES públicas, pautados nos mais diversos interesses e não em prospecções reais, sólidas, embasadas. São inúmeros os casos de cursos criados neste 'afã' expansionista que para além da demanda x evasão x sucesso, não são reconhecidos pela sociedade e, até mesmo, pelos próprios governos; enquanto diversos novos campos do saber e novas áreas profissionais não são atendidas.

Entende-se que a reestruturação e reconfiguração dos cursos em tela é a única alternativa de sobrevivência e consolidação. Este processo passa, necessariamente, por uma reconceitualização dos cursos. Turno de funcionamento adequado ao perfil da demanda, duração e carga horária enxuta, emprego de tecnologias da informação e da comunicação em todo o percurso formativo, aproximação mais efetiva e concreta com o mercado de trabalho, investimentos na verticalização com pós-graduação lato sensu e stricto sensu, além de currículos atuais e flexíveis, pode ser o início de um novo caminho, campo e futuro.

---

## REFERÊNCIAS

Anastácio, E. A. et. al. (2013, nov.). Expansão e retração dos cursos superiores de turismo e o possível papel da ciência geográfica nessa formação. Anais do V Seminário de Geografia do Norte do Paraná XI Encontro de Ensino, Londrina, PR, Brasil.

- Ansarah, M. G. R. (2002). *Formação e Capacitação Profissional em Turismo e Hotelaria*, Editora Aleph, São Paulo.
- Bedin, B.P. (2007). O espaço capitalista da natureza e seu (contra)uso turístico: a dialética da visitação pública em áreas protegidas: um ensaio teórico. *Caderno Virtual de Turismo*. (vol. 7, núm. 3, 2007, pp. 75-89). Universidade Federal do Rio de Janeiro. Recuperado em 03 de maio de 2018, de <https://goo.gl/MGD9v9>.
- Braga, D. (2008). *Agências de Viagens e Turismo*. São Paulo: Editora Campus.
- Coelho, E. M. (2006). *Avaliação institucional e formação superior em turismo: Significados para a requalificação do bacharelado em turismo da UNIFRA, Santa Maria (RS)*. Dissertação de Mestrado. Universidade de Caxias do Sul. Caxias do Sul, RS, Brasil.
- Chaves, V.L. (2010). The expansion of privatization and mercantilization of brazilian higher education: the formation of oligopolies. (31. 111, p. 481-500) *Educação e Sociedade*.
- Coelho, I. (1999). *Realidade e Utopia na construção da universidade*. (2ª Ed). Goiânia: editora UFG.
- Cunha, L. A. (2003). O ensino superior no octênio FHC. *Educação & Sociedade*. (vol. 24, n. 82: 37-6). Campinas, CEDES.
- Debord, G. (1967). *A Sociedade do Espetáculo*. São Paulo: Antígona.
- Dourado, L. F. (2002). A Reforma do Estado a as Políticas para a Educação Superior no Brasil nos anos 90. *Educação e Sociedade*, v. 23, n. 80, setembro/2002, pp. 234-252. Recuperado em 28 de abril de 2018, de <http://www.cedes.unicamp.br>.
- Dutra, N. L. L. (2012, dezembro). A expansão do ensino superior privado a partir de 1990: limites e possibilidades. (v. 2, n. 4, p. 01-19). *Artifícios: Pará*.
- Fernandes, A. V. M. (1999). *Entre o texto e o contexto: análise das Leis de Diretrizes da Educação da Espanha (1990) e do Brasil (1996)*. São Paulo: Cultura Acadêmica.
- Fratucci, A. C. A. (2008). *A dimensão espacial nas políticas públicas brasileiras de turismo: As políticas das redes regionais de turismo*. Tese de Doutorado. Universidade Federal Fluminense. Niterói, RJ, Brasil.
- Hallal, D. R. (2010). *O Curso de Turismo da PUCRS: a trajetória dos seus 28 anos de existência – do Bacharelado (1972) ao Tecnólogo (2010)*. Tese de Doutorado. Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas. PUCRS, Porto Alegre, RS, Brasil.
- Hobsbawm, E. (1995). *A Era dos Extremos: o breve século XX 1914- 1991*. São Paulo: Cias das Letras.
- INEP – Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais. (2018). *Informações Estatísticas*. Brasília. Recuperado em 05 de maio de 2018, de <http://emec.mec.gov.br>.
- Minto, L.W. (2006). *O sentido histórico das reformas do ensino superior brasileiro nos anos 90. Navegando na História da Educação Brasileira*. Campinas: UNICAMP. Recuperado em 05 de maio de 2018, de [http://histedbr.fae.unicamp.br/navegando/artigos\\_frames/artigo\\_05.html](http://histedbr.fae.unicamp.br/navegando/artigos_frames/artigo_05.html).
- MEC. *Cursos Superiores de Tecnologia*. (2018). Parecer CNE/CES nº 19/2008, aprovado em 31 de janeiro de 2008. Recuperado em 10 maio de 2018, de [http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com\\_content&view=article&id=12880](http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=12880).
- MEC. *Diretrizes Curriculares – Cursos de Graduação*. Resolução CNE/CES nº 13, de 24 de novembro de 2006. Recuperado em 10 de maio de 2018, de <https://goo.gl/At9Xdt>.
- Muranaka, M. A. S. & Minto, C. A. (1998). O Capítulo “Da Educação Superior” na LDB - uma análise. (n.15: 65-75). *Universidade e Sociedade*, São Paulo.
- Nascimento, H. & Silva, V. (2009). Turismo Pós-moderno: dilemas e perspectivas para uma gestão sustentável. (Ano 25, v. 3, p. 103-116). *Holos*.

- Pires, M. J. (2002). *Raízes do Turismo no Brasil*. (2. ed.) Barueri: Manole.
- Ruschmann, D. (1997). *Turismo e planejamento sustentável*. Campinas: Papyrus.
- Sguissardi, V. (2000). *Educação Superior: velhos e novos desafios*. São Paulo: Xamã.
- Teixeira, S. H. A. (2007). *Cursos superiores de turismo: condicionantes sociais de sua implantação: uma abordagem histórica (1968/1976)*, Dissertação de Mestrado. Universidade São Francisco, Itatiba, SP, Brasil.
- Trigo, L. G. G. (1998). *Turismo básico*. (2. ed.) São Paulo: Senac.
- Trigo, L. G. G. (2000). *Viagem na memória: guia histórico das viagens e do turismo no Brasil*. São Paulo: Senac.
- Urry, J. (1996). *O olhar do turista – lazer e viagens nas sociedades contemporâneas*. (2ª. ed.) São Paulo: SESC/Studio Nobel.

Recebido em: 23/09/2018

Aprovado em: 10/04/2019

---

## CONTRIBUIÇÕES

**Izac de Oliveira Belino Bonfim:** Definição do problema de pesquisa e objetivos, desenvolvimento da proposição teórica, realização da revisão bibliográfica e fundamentação teórica, coleta de dados, redação do manuscrito e adequação às normas da RTA.

**Patrícia Zaczuk Bassinello:** Desenvolvimento da proposição teórica, realização da revisão bibliográfica e fundamentação teórica, redação do manuscrito e adequação às normas da RTA.

**Marcos José Clivatti Freitag:** Escolha dos procedimentos metodológicos, coleta e análise de dados, elaboração de tabelas, gráficos e figuras, redação e revisão crítica do manuscrito.